SONETOS CAIPIRAS - 317

Amor primevo

Esio Antonio Pezzato

Quando Eva deu a Adão o fruto do pecado
Entregando-lhe em gozo a sua virgindade,
Por certo, Deus, no céu, ficou desesperado
Por não ter vivido Ele esta felicidade.

Como o Éden era Seu, por ter sido humilhado
Expulsou-os dali sem nenhuma piedade.
E Adão e Eva, sorrindo - olhar apaixonado! -
À Terra vieram ter com toda a intensidade.

E Eva, amando, foi tendo aqui filhos e filhos...
Roendo de raiva, Deus, a ruminar inveja,
Quis matar este amor que tinha tantos brilhos...

Por não saber amar o amor da carne, o Eterno
Sobre os dois atirou Sua ira malfazeja,
E atirou-os em fúria o fogaréu do Inferno.

O AA EM AÇÃO

Coluna de divulgação dos Grupos de Alcólicos Anônimos de Piracicaba e Região — Nº 11

PIRACICABA, 10 DE OUTUBRO DE 2025

Posso levar parentes ou amigos a uma reunião de A.A.?

Na maioria dos lugares, qualquer pessoa interessada, seja ou não membro, será bem recebida nas reuniões abertas dos grupos de A.A. Os recém-chegados, em particular, são convidados a trazer as esposas, os maridos ou amigos a essas reuniões, pois o seu conhecimento do programa de recuperação pode ser um fator importante para que o alcoólico consiga e possa manter a sobriedade. Muitas esposas e maridos assistem às reuniões com a mesma frequência do cônjuge, participando das atividades sociais do grupo local.
(Lembramos que as reuniões "fechadas" limita-se, tradicionalmente, aos alcoólicos).

DEU TEMPO!

Um piracicabano recém chegado à Irmandade - e à terceira idade - compartilha o que passou com o alcoolismo

Cheguei em A. A. aos 64 anos, casado, pai de 3 filhos, um já falecido, comecei a beber com 15 anos (em festinhas em casas de amigos, como acontece com todos), veio o casamento, os filhos, e a bebida passou fazer parte do cotidiano, e cada vez aumentando mais, tenho que reduzir muitos episódios, senão daria um livro, durante grande parte deste tempo houve muitas perdas, inclusive com a perda de meu filho, mas o álcool continuava a fazer parte da minha vida, sempre com fracassos na tentativa de parar, mas sem resultados, o demônio do álcool persistia...

Agora com quase 50 anos de vícios, e já com os filhos adultos e até com netos, resolvi procurar um médico que me informou que não havia remédio e nem cura para isso (até aí não sabia que o alcoolismo era uma doença), e receitou-me um inibidor (controlador de ansiedade, e orientou-me a procurar o A. A. e a família que também estava sofrendo com isso procurar o Al-Anon, (nunca tinha ouvido falar nisso), mas prepotente como todos os alcoólicos, não admitia ser um alcoólico, pois achava que alcoólico era só quem estava morando na rua (e olhe que estava próximo disso).

Já estava há um bom tempo frequentando uma igreja evangélica, os pastores, os irmãos oravam, minha esposa pedia de joelhos, eu prometia que não ia mais beber (até era sincero, pois não queria mais beber), mas era sair de casa, não tinha jeito, ia beber, era tormento para mim, pois sabia que o álcool estava me prejudicando, não queria mais beber, mas bebia, em quatro meses bati o carro três vezes, e também muitos acidentes domésticos, como cair de escada, idas a P.S. e hospitais, a estas alturas estava bebendo pela manhã, tarde e ao anoitecer, praticamente duas garrafas de vodka, diárias. Foi quando tudo aconteceu... Ao chegar em casa bati novamente o veículo e cheguei a conclusão que era impotente e que não tinha domínio sobre o álcool. E clamei aos céus pedindo ajuda. Era dia 2 de abril de 2014, os familiares e os pastores conseguiram uma Clínica e fui internado no dia seguinte, em estado de choque, sóbrio e traumatizado com meu estado de impotência. Na Clínica, achava que morreria ali, mas sabia também daquela situação só Deus poderia me tirar, e me entreguei a Ele. Lá passei a compartilhar de manhã e a tarde com os internos, as nossas derrotas. Na laboterapia, devido a idade fui cuidar do jardim, cada folha que apanhava do jardim era uma derrota, arrependia muito e, era outono, quanto mais folhas apanhava, mais caia, isso era muito doloroso, foi onde comecei a fazer o meu inventário moral, em que percebi que eu era o culpado por todo o sofrimento de minha família. E em culto na clínica, foi pregada uma palavra que senti que era para mim, aí sim, tive um encontro real com o Senhor Jesus, que talvez tenha dito "nessa hora era só nós dois, você me aceita e mudo a sua vida". Nessa hora me rendi ao seu poder, ele fez como está escrito em Jeremias 18:1-6 Mandou descer à casa do oleiro para fazer um novo vaso, meu amassou, me triturou e começou a me fazer de novo, mas ainda tinha mais..., passados uns 5 dias, numa noite chorei muito, devido a situação que estava vivendo e achando que não sairia mais dali, e, pela manhã veio uma passagem em Isaias 38, em que Deus havia dado ao rei Ezequias, mais 15 anos de vida e acreditei que havia dado para mim também e fiquei confiante com o passar dos dias, quando novamente Deus falou comigo em II Crônicas 7:14, onde me humilhei, orei e converti de meus maus caminhos e entendi que a terra era eu, e com 14 dias sai da Clínica, e não bebi mais... Estou na igreja e frequentando o A. A., me fortalecendo, recuperei minha autoestima e disposto a ajudar outros que ainda sofrem. Isto é uma história bem resumida do que aconteceu comigo. *JNF* - Futuramente terá uma continuidade.

Revista Vivência, Novembro-Dezembro/2014 - Nº 6 - Págs. 46 e 47 - Edição 152

Faça suas perguntas, pelo fone (19) 99618-9879

Porque amanhã é sábado

Alexandre Bragion

Crônica sem fins lucrativos

Descaminho. Rebusco a respiração. Porque entre a rua e o ninho há avenidas e avenidas de ilusão. Que a gente acha que busca o Norte. Que a gente acha que traça a rota. E aí vem a verdade feito vida real e desfaz a realização. E aí vem a ordem palpável, a sentença inegável e muda a frota e troca a sorte. E o espaço vasto vira corte - e o campo verde vira concreto de armação e a vida vira morte.

Desando - só por resistência. Só pela insistência que em mim faz crer que viver é outra coisa, outra lida, outro texto, outro mundo, outro corpo, outra vida. Porque prefiro corações pobres a bolsos nobres. Quem me entende? Quem me lê? Quem o viver vê? Quem desiste da força motriz que ao desejo mais humano extingue? Quem recusa a carga de moedas que acumula e o querer que a uma máquina emula? Êee, mula! Empaquem! Que a poesia não tem cifrão e no caixa ela não faz saque. Que viver está para além - muito além - de se conseguir pagar com folga (ou não) o rombo mensal do seu cartão.

Por isso, desvio. Propositalmente desvio. Mudo o carro, a viagem, a pista. Não insista! Porque todos os caminhos terminam no um. Porque todas as veredas um dia se cruzam. Porque todos os olhos nefastos que fulminam a beleza em nome do dinheiro uma hora (é a sina) descerão, como qualquer outro comum vivente, ao jardim sem-fim - tão lírico, tão fatídico, tão doloroso e derradeiro.

Então, prefiro ler de Tagore um poema do que ir a qualquer reunião para se salvar o sistema. E sigo na meta a que me ensina o mestre e poeta: "Foz. Habite a um recanto mínimo desta terra/ Onde teus olhos chegam/ Até onde alcançam muito pouco./ E ao pouco que ouves/ Acrescenta apenas a tua própria voz." Para que mais se tudo pode ser assim tão verdadeiro? Para que querer tanto dinheiro se coração não tem herdeiro?

Rio. Desfaço o fio. Que os meus vazios, com toda certeza, prefiro preencher com a delicadeza. Não. Não quero carros de luxo, mansões e empresas aos borbotões. Porque a realeza mora na lindeza de uma boa lembrança ou na crença boba e ingênua de uma criança. Porque prefiro o cheiro da terra. Porque prefiro o olhar dos bichos. Porque prefiro o amor que se sonha, que se quer, que se cria. Que o sentir, ao menos o meu - ao menos para mim - não cabe, por fim, em inventários (ou, como escreveu Drummond, não cabe em regulamentos vários).

Desmonetizo o viver. Poetizo? Que me julguem se for preciso. Não espero paraísos. Ter é ser.

Alexandre Bragion é cronista desta Tribuna desde 2017.

Mérito profissional é a base do Estado moderno e eficaz

Artur Marques

De volta à pauta do Congresso Nacional e do Executivo, a reforma administrativa precisa ser tratada com um nível de seriedade e profundidade compatível com a necessidade de modernização do Estado e melhoria de sua produtividade, serviços e eficácia. No entanto, é fundamental não repetir o erro de reduzir essa discussão a um mero corte de gastos e ao desgastado argumento referente ao peso dos servidores no orçamento. Não estamos tratando de uma planilha contábil, mas sim do avanço do setor público para melhor servir à população e obter o equilíbrio fiscal.

Se queremos um Estado mais eficaz, o foco inicial precisa ser exatamente a questão referente aos recursos humanos, que são a essência de qualquer organização. O serviço público só existe por meio dos servidores que, muitas vezes, enfrentam e superam condições adversas para garantir o atendimento às demandas essenciais. Valorizá-los é condição indispensável para qualquer avanço. Isso passa, necessariamente, pelo fortalecimento dos concursos públicos, como critério inegociável de admissão, e pela preservação da estabilidade funcional. Esses dois preceitos, ao contrário do que se propala de modo equivocado, são mecanismos republicanos de proteção à sociedade, pois blindam a administração pública de interferências partidárias e ideológicas a cada troca de governo. Também servem como barreira contra o apadrinhamento político, que historicamente gerou ineficiência, favorecimentos e corrupção. Desmontar essas garantias, como propõem algumas versões da reforma, é abrir as portas para aprofundar retrocessos tão conhecidos quanto perigosos.

Flexibilizar ou extinguir a obrigatoriedade do concurso público para admissão de funcionários e a estabilidade dos concursados, por exemplo, será um tiro no pé. Pode até parecer, à primeira vista, uma forma de conter despesas, mas na prática resultará no oposto: contratações sem critérios técnicos, desligamentos em massa e a pesada indenização trabalhista a cada nova gestão governamental e a descontinuidade de políticas públicas teriam um peso fiscal muito maior do que o custeio atual da folha de pagamentos do funcionalismo estatutário da União, estados e municípios. Num país como o Brasil, com um histórico político repleto de fisiologismo, não é difícil prever os resultados da eventual flexibilização da estabilidade e de contratações sem concurso e à revelia do mérito. Podemos afirmar com segurança que, sem esses dois institutos, o Estado será muito pior e mais deficitário do que é hoje.

Pelas mesmas razões, cabe reiterar nossa preocupação com o enfraquecimento do Regime Jurídico Único (RJU), instituído pela Lei nº 8.112/1990. Esse regime foi um marco na busca por uma administração pública mais coerente e igualitária, ao garantir isonomia de direitos e deveres para os servidores. Antes dele, a coexistência de vínculos distintos, como o estatutário e o celetista, gerava distorções e injustiças dentro do próprio serviço público. Ao se admitir a ampliação de contratações fora do regime estatutário, conforme arcabouço legal referendado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), criou-se um perigoso precedente para a politização das nomeações e a fragmentação da máquina pública. Este é um ponto que a reforma administrativa precisa rever.

É legítimo que se proponha a modernização de processos, a racionalização de estruturas e a adoção de mecanismos mais eficientes de avaliação e gestão de desempenho. Também é preciso implantar tecnologia de ponta, como a inteligência artificial, para a conquista de ganhos de qualidade. Mas, não se pode confundir avanços com a precarização do serviço público. É preciso evitar atalhos fáceis, que, em vez de aprimorar o Estado, apenas o fragilizarão.

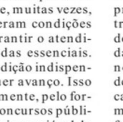
A grande maioria da população brasileira depende diretamente da União, estados e municípios para ter acesso à saúde, à educação, à previdência, à Justiça, à segurança, à moradia, à mobilidade, à energia elétrica, às telecomunicações e a outros serviços importantes. Em muitos casos, o Estado é a única presença possível. Não se trata, portanto, de uma questão corporativa ou ideológica, mas sim de garantir que nosso país tenha uma estrutura pública capaz de oferecer, com qualidade, aquilo que a sociedade precisa.

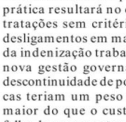
A reforma administrativa deve ser feita, sim, mas com inteligência, responsabilidade e compromisso com o futuro. Não pode basear-se em conceitos equivocados e na retórica dissuasiva da realidade, sempre utilizados para justificar a incapacidade crônica de promover o equilíbrio fiscal. Afinal, o que está em jogo é o papel decisivo do Estado na vida de cada brasileiro.

Artur Marques, o presidente da Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo (AFPESP)

Podas das frutíferas

João Salvador
Adônis Moreira





As podas em plantas frutíferas são necessárias por vários aspectos: 1. Poda de formação de copa por dois anos, sem focar na frutificação e, sim, na formação da planta para a produção. 2. Poda de limpeza, eliminação de ramos secos, das brotações inconvenientes e a escolha dos ramos laterais saudáveis, com maior poder de frutificação. E, ainda, quando houver a necessidade de rebaixamento da planta para favorecer a colheita.

A poda de formação deve ser feita quando a planta tiver uma altura de cinquenta centímetros a um metro, condicionando-a para sua estrutura de crescimento para posterior produção.

A poda mantém o vigor da planta, ao eliminar as partes que somente demandam energia sem qualquer retorno para a planta e o fruticultor. A retirada dos ramos centrais ou verticais promove uma abertura no interior da copa, facilitando o arejamento e a entrada de luz, distribuindo maior energia aos ramos laterais, os que realmente produzem. A planta tem sempre o mecanismo de compensação: corta-se um ramo e crescem outros, por questões hormonais, por isso sempre é correto podar os ramos que se projetam na vertical, na direção do centro da planta, os que apontam para o solo e os que estejam se cruzando.

Na poda de limpeza, removem-se todos os galhos secos ou apodrecidos que perderam sua função produtiva, podendo também conter fungos, bactérias e brocas. Na ocasião, retiram-se também os indesejáveis ramos "chupões" ou "ladrões", que crescem de forma vigorosa e reta para cima, que somente sugam as reservas nutritivas da planta, interferindo na sua produtividade.

O corte deve ser feito sempre na base do ramo, nunca ser cortado pela metade ou deixando um toco, para evitar uma ramificação desordenada e indesejável e prejudicial à planta. O básico é sempre identificar os ramos mais altos e com densa folhagem, cuja correção ajuda no desenvolvimento mais harmonioso da planta.

Como já mencionado, uma copa muito alta e fechada impede o arejamento e a iluminação no seu interior, o que favorece o ataque de fungos e de pragas. Por esse motivo, aconselha-se que, na poda, a planta se estabeleça no formato de um cálice.

Já na poda de rebaixamento, o ideal é reduzir o tamanho da planta, deixá-la próxima de arbustiva, para se adequar ao sistema mais indicado de facilitar a colheita manual, evitando colher os frutos com o uso de varas ou ganchos, que podem causar danos aos frutos e à própria planta.

As ferramentas utilizadas na poda - serra, tesoura, faca - devem ser bem afiadas, esterilizadas, evitando, assim, que a poda de um ramo doente possa, na operação, contaminar as demais plantas. A esterilização das lâminas pode ser feita com cloro ou até mesmo com o fogo. No corte produzido pela serra, também se abre uma porta de entrada para doenças, que, para tanto, previne-se com a aplicação de uma pasta à base de sulfato de cobre nos cortes produzidos ou até mesmo o pincelamento com tinta látex. Os cortes nos ramos devem ser de forma oblíqua para não haver acúmulo de água da chuva ou de irrigação no ferimento, eliminando as chances de entrada de doenças.

Após a poda, apesar de ser uma prática já antiga, é indicada a pulverização com a calda bordalesa, composta por cal virgem ou cal hidratada, sulfato de cobre e água. Outra calda tradicional em uso é a calda sulfocálcica, que, além de combater fungos e cochonilhas, fornece cálcio e enxofre às plantas. Apesar de ser indicada para a maioria das plantas, não se recomenda a aplicação nas cucurbitáceas: abóbora, pepino, chuchu, melão e outras, por serem sensíveis ao enxofre. Tanto a calda bordalesa como a sulfocálcica existem já prontas no mercado, que vêm com as concentrações e indicações de uso.

Depois de todo o processo realizado, aconselha-se uma adubação para induzir o crescimento dos ramos laterais, os produtivos. A fórmula de N-P-K 10-10-10 e 04-14-08 são as mais indicadas para as plantas em geral, como forma de estimular a formação de ramos e folhas novas após a poda. A quantia geralmente é de 250 gramas a 400 gramas por pé, dependendo do tempo de produção e da quantia produzida, podendo parcelar e aplicar a cada três meses uma quantidade de 200 g para manter a planta nutrida. O adubo químico não deve ser colocado junto ao tronco, para evitar supostas injúrias graves, como o apodrecimento da casca e de tecidos da planta. Dessa forma, o ideal é fazer a aplicação em círculo ao redor da árvore, na projeção da copa. Outro modo é fazer pequenos sulcos, sem escarificar muito, para não danificar as raízes, na área próxima também da projeção da copa, e enterrar o adubo, melhorando a absorção e evitando a dispersão do fertilizante. A adubação orgânica é um complemento da adubação química e deve ser feita com 20 litros ou 30 litros de esterco curtido por planta. Adubação foliar, principalmente com micronutrientes, pode ajustar os níveis de nutrientes retirados e exportados pela colheita. Mas, para maior segurança no manejo nutricional das fruteiras posterior à poda, a adubação complementar sugerida de reposição de nutrientes deve ser embasada na análise de solo e das folhas. De uma maneira geral, as podas não seguem uma época certa, exceto no caso das obrigatórias, as denominadas "podas de inverno", como na uva, pêssego, caqui, ameixa e figo, principalmente logo após a queda das folhas.

João Salvador, biólogo, articulista e especializado em solos e nutrição de plantas, e-mail: josalv@uol.com.br; Adônis Moreira, doutor e pesquisador da Embrapa, e-mail: adonis.moreira@embrapa.br